



France Presse

Sourrouille ouve o ministro de Obras Públicas, Pedro Truco

Argentina centralizará verba para setor público

HUGO MARTINEZ
Nosso correspondente

BUENOS AIRES — O governo argentino destinará anualmente o equivalente a três bilhões de austrais (aproximadamente Cz\$ 67,5 bilhões) para o Fundo de Infra-estrutura Pública (programa parecido com o FND brasileiro), que terá por objetivo centralizar a distribuição de recursos ao setor público. O Fundo argentino, criado com o programa de Reformas Econômicas, anunciado anteontem pelo ministro da Economia, Juan Sourrouille, ficará nas mãos do governo nacional, e seus recursos serão determinados a cada ano pela lei orçamentária federal.

A partir das mudanças na economia argentina, o setor público foi um dos mais afetados. A começar pela modificação da relação entre o Tesouro Nacional e as empresas estatais. Numa das principais medidas anunciadas por Sourrouille, ficou decidida a eliminação da concessão de empréstimos às empresas públicas. Em troca, o Tesouro passará a cobrir o serviço da dívida externa das estatais.

Nas reformas anunciadas no sistema financeiro, por outro lado, foi incluído na lei orçamentária o financiamento dos redescontos concedidos pelo Banco Central. Ainda está prevista uma mudança do papel da rede bancária oficial, que deixará de prestar serviços comerciais — com exceção do Banco de la Nación Argentina — e passará a atender, com exclusividade, ao financiamento de médio e longo prazos à agricultura, indústria, construção civil e obras de infra-estrutura social a nível municipal.

O novo pacote prevê um ajuste nas atividades de competência da rede bancária privada, a elevação de capitais mínimos com exigência de se manter uma maior proporção de sua liquidez, e obrigação de apresentar à sua clientela a situação contábil do banco bem como do grupo econômico a ele vinculado. Há também uma disposição para se re-

vogar a autorização para o funcionamento das casas de câmbio.

No que diz respeito à atividade privada, as medidas incluíram uma significativa redução das retenções às exportações agropecuárias; novo pacote de incentivos às exportações de produtos agroindustriais; acesso sob condições vantajosas de crédito para a indústria produtora de insumos destinados aos produtos exportáveis; estabelecimento de linhas de crédito especiais para a pequena e média empresas e uma recomposição dos recursos financeiros do Fundo Nacional da Habitação para estimular a atividade do setor das construções civis.

REAÇÃO

Pouco mais de 24 horas depois do anúncio oficial do pacote econômico, a reação do mercado foi cautelosa, com exceção das casas de câmbio que tiveram suas licenças de operação suspensas. Em outros setores, como o agrário (visivelmente favorecido com as novas medidas), a repercussão foi de descontentamento. Porta-vozes do setor afirmaram que “as medidas são insuficientes”.

Os partidos políticos relacionaram o pacote com eventuais recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) embutidas no último acordo de renegociação da dívida externa do país. Os líderes políticos, entretanto, não deixaram claro nenhuma alternativa de ação.

De uma ótica mais perfeccionista, um economista afirmou que o novo pacote deveria ter saído junto com o Plano Austral, há dois anos. Mas, naquela época, a equipe econômica não tinha uma noção da estrutura compacta de interesses corporativos que se concentram na burocracia, nos partidos políticos e nos interesses econômicos setoriais. Agora, às vésperas das eleições de 6 de setembro, o governo de Raul Alfonsín decidiu enfrentar o que chama de “modelo populista, centralizador estatizante” e, para isso, joga com seu futuro político e o destino do país.